

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

SCPAR Porto de Imbituba S.A.

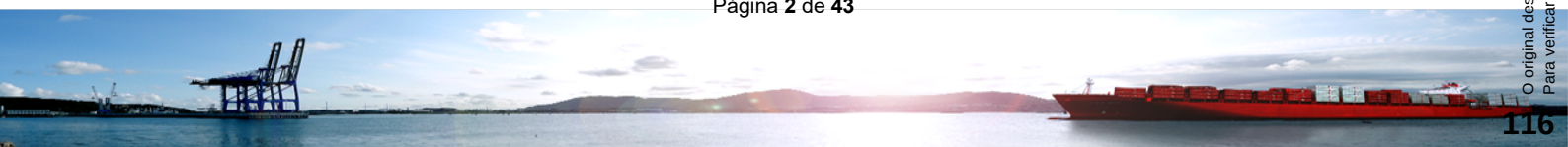
Exercícios findos em
31 de Dezembro de 2020 e 2019

CNPJ: 17.315.067/0001-18
NIRE: 42300038695 | Data Nire: 18/12/2012



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Parecer do Conselho Fiscal	8
Relatório dos Auditores Independentes	9
Demonstrações Financeiras.....	12
Balanco Patrimonial.....	12
Demonstração do Resultado do Exercício	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	17

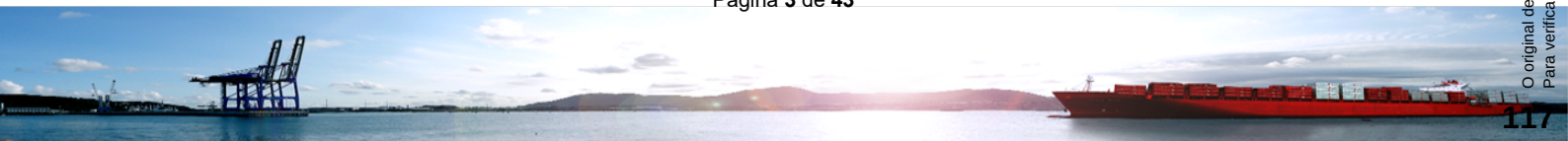


Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

1. Conjuntura

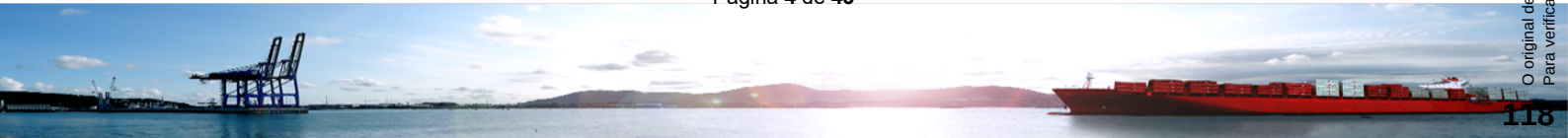
O Porto de Imbituba inicia 2021 celebrando o encerramento de mais um ano histórico, com recordes de embarques e de movimentação mensal e anual, diversificação de cargas e atração de investimentos. De janeiro a dezembro de 2020, foram movimentadas no Porto catarinense 5,9 milhões de toneladas, volume 1,8% maior que o realizado no ano imediatamente anterior e cerca de 85 % superior em relação ao primeiro ano de administração pelo Estado de Santa Catarina, em 2012. Dentre as cargas mais movimentadas no período, está o coque de petróleo, a soja, o minério de ferro, os contêineres, o milho, o sal e a ureia. Ao todo, foram 234 atracações de navios no último ano. Além do mercado altamente competitivo, encaramos os desafios adicionais da pandemia em parceria com toda a comunidade portuária, reforçamos e implantamos diversas medidas sanitárias e continuamos, em conjunto com os trabalhadores para alavancar a competitividade do Porto, manter esse bom desempenho e o serviço essencial de abastecimento que é prestado à sociedade. Em 2020, o Porto de Imbituba bateu três recordes históricos de volume de movimentação mensal: em junho (602.370 toneladas), setembro (602.737 toneladas) e dezembro (662.512 toneladas). Registrou ainda um aumento no volume médio de consignação de cargas por navio, com destaque para a maior delas, com a marca de 119,7 mil toneladas em uma única embarcação, considerada até o momento o maior embarque de granel sólido do Sul do Brasil, de acordo com os dados disponíveis no Estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O portfólio de cargas também foi ampliado, agregando celulose, minério de ferro (hematita e magnetita), fertilizante (superfosfato triplo) e alimentos em big bags. A movimentação expressiva de minério proporcionou os recordes de embarque e a atração de investimentos privados dentro do Porto, como a construção de um novo armazém dedicado exclusivamente à carga, com capacidade de armazenagem estática de aproximadamente 80 mil toneladas. Dos granéis às cargas superdimensionadas, a capacidade do Porto foi reafirmada tanto na variedade de produtos que puderam ser atendidos, quanto na expertise dos usuários aplicada nas operações. Um exemplo foi o embarque de um transformador gigante, de 184 toneladas, em um navio porta-contêineres. O ano também ficou marcado pelas ações de combate à COVID-19, sendo que a Autoridade Portuária promoveu reuniões junto aos representantes da comunidade portuária, distribuição de materiais de conscientização e suportes adicionais de higienização. Além disso, Imbituba foi um dos primeiros Portos do Brasil a contar com equipe de saúde exclusiva para monitoramento 24 horas de sintomas de Covid-19 nos trabalhadores portuários, caminhoneiros e demais prestadores de serviços. Ao longo do ano foram



mais de 70 mil abordagens de controle de saúde para evitar o contágio dentro da área portuária, garantindo assim a continuidade ininterrupta das operações.

2. Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária

A estrutura do Porto público passa por grandes transformações. Ao longo de 2020 foi realizado a contratação do projeto básico de ampliação e reforço estrutural do Cais 3, com previsão de conclusão dos estudos ainda no primeiro trimestre de 2021, o qual servirá de base para licitação da obra, sendo a principal prioridade atualmente, com previsão de início das obras no decorrer deste ano e conclusão até o término de 2023. Construído há aproximadamente 40 anos, o Cais 3 tem uma representatividade importante para o Porto de Imbituba, sendo que, apenas no último ano, cerca de 30% (trinta por cento) do volume total movimentado no Porto passou por este cais. Foram também realizadas melhorias no acesso marítimo ao Porto de Imbituba, contemplando a sinalização náutica, que incluiu a substituição de bóias, bem como a elaboração do novo plano de balizamento, enviado para aprovação da Marinha do Brasil, a fim de atualizar a carta náutica e otimizar o posicionamento dos sinais no canal de acesso. Esta sinalização baliza a bacia de evolução e canal de acesso, auxiliando nas manobras de aproximação, atracação, desatracação e saída de navios do Porto de Imbituba. Iniciada também em 2020, as obras de remodelação da rede de alta tensão e iluminação das vias internas têm o objetivo de proporcionar melhores condições de operação, segurança do tráfego e visibilidade noturna dentro das instalações do Porto organizado. O investimento de cerca de 3 milhões de reais está previsto para ser entregue no ano 2022, sendo que todo o sistema será aprimorado, utilizando materiais de alta resistência, durabilidade e eficiência energética, como postes em fibra de vidro e luminárias em LED com controle automático de intensidade de acordo com a incidência de luz solar. Foi também realizada a ampliação da malha ferroviária do Porto de Imbituba, com a construção de uma extensão de trilhos para conectar o trajeto interno. A obra lembra o formato de uma pêra e, por isso, leva o nome de Pera Ferroviária, facilitando a entrada e saída de trens, sem a necessidade de manobras adicionais. Foi também restaurado e pavimentado aproximadamente 9 mil m² de vias internas, totalizando um investimento de 2,4 milhões de reais. Foram implantados melhorias de acesso com a criação do novo Sistema de Acesso ao Porto, denominado SAPI, agilizando o fluxo documental para entrada de caminhões e pessoas, bem como melhorias nos *gates* de acesso à área portuária, objetivando a eficiência de resposta as autorizações e segurança dos dados dos usuários. Outra importante obra, tendo como finalidade aprimorar o relacionamento Porto-cidade e estreitar relações com a comunidade Imbitubense, foi a revitalização do histórico Armazém 10, dando vida a um Centro de Atividades Múltiplas (CAM), pendente de pequenos detalhes para sua conclusão, prevista ainda para 2021. O prédio de 690m² agora conta com espaços para a realização de eventos, reuniões e conferências, além de sala de convivência de colaboradores, abrigando ainda um local de memorial do acervo histórico do Porto de Imbituba, composto por maquetes, objetos, plantas arquitetônicas e fotografias antigas.

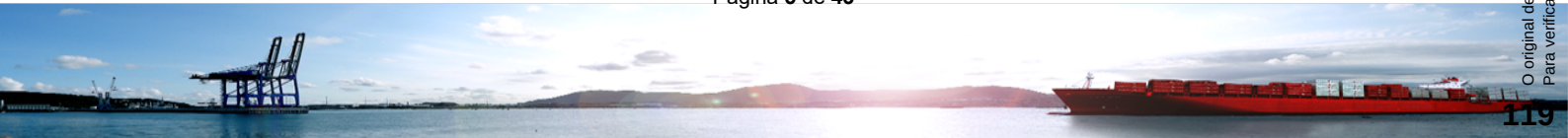


3. Aspectos de Governança

O ano de 2020 foi marcado pela aprovação do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado, aprimorando e modernizando o planejamento de longo prazo das estruturas portuárias, buscando constantemente a eficiência logística e o desenvolvimento sustentável do Porto, de modo a adequar o crescimento da infraestrutura interna e externa ao Porto e potencializar a qualidade como componente principal para a gestão. Durante o ano de 2020, houve um importante reconhecimento pelo Ministério da Infraestrutura, com a premiação do Portos + Brasil, sendo considerada a segunda Autoridade Portuária do País com a melhor gestão, segundo a mensuração dos índices estabelecidos no IGAP, com a nota de 8,5. O índice avalia os principais aspectos e níveis de eficiência operacional, administrativa, realização de investimentos, saúde financeira e governança corporativa. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. também foi reconhecida, pelo 5º ano consecutivo, com a Certificação em Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que contou com a premiação a 5 (cinco) empresas públicas de Santa Catarina, e tem por finalidade reconhecer e destacar organizações que adotem a responsabilidade socioambiental como prática e política de gestão. Outro importante passo realizado em 2020 foi a elaboração do processo seletivo simplificado para arrendamento transitório do Terminal de Granel Líquido. O objetivo é que a área do terminal continue a ser utilizada para a movimentação e armazenagem de produtos químicos, sendo posteriormente consolidado em um arrendamento de longo prazo para o terminal, previsto para ser realizado durante o ano de 2021.

4. Aspectos Ambientais

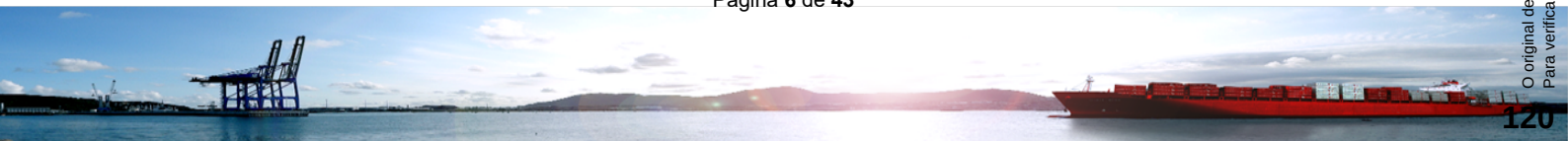
Durante o ano de 2020, a Autoridade Portuária realizou inúmeras ações de controle e promoção de qualidade ambiental, o uso consciente dos recursos naturais e a informação e educação ambiental da comunidade portuária. As ações de monitoramento e cuidado com o meio ambiente foram mantidas no último ano, porém exigiram algumas adaptações, como a interrupção temporária das coletas do Programa de Monitoramento da Água de Lastro, em função de ser realizada a bordo das embarcações. Atualmente a empresa mantém 18 programas ambientais, a partir de um profundo estudo que gerou o Plano de Controle Ambiental, que tem como práticas: a) Monitoramento das Águas Superficiais; b) Monitoramento das Águas Subterrâneas; c) Monitoramento das Águas Oceânicas, d) Controle das Águas de Lastro; e) Monitoramento das Condições Hidrodinâmicas; f) Monitoramento dos Sedimentos; g) Monitoramento da Dragagem de Manutenção; h) Monitoramento dos Ruídos Subaquáticos; i) Monitoramento da Qualidade do Ar; j) Monitoramento de Ruídos Atmosféricos; k) Inspeção Veicular; l) Gerenciamento de Resíduos Sólidos; m) Monitoramento da Biota Aquática; n) Monitoramento da Pesca Artesanal; o) Prevenção da Fauna Sinantrópica; p) Educação Ambiental; q) Comunicação Social; r) Monitoramento das Baleias-francas. Há ainda o Monitoramento de Potabilidade, efetuado sob supervisão da Anvisa. Destaque para o projeto de educação ambiental dos pescadores, iniciado em 2018, onde reúne pescadores artesanais da praia do Porto, a fim de



estreitar o relacionamento Porto-cidade, ampliar o conhecimento sobre a atividade pesqueira da região, assim como fomentar a conservação ambiental marinha. Outro importante projeto idealizado pelos empregados da SCPAR Porto de Imbituba S.A, foi o projeto Costa Butiá, iniciado em 2018. O objetivo é popularizar informações sobre a palmeira do butiá (*Butia catarinensis*), presente na região de Imbituba, mas ameaçada de extinção. Também busca salvaguardar e revitalizar o artesanato com palha de butiá, como estratégia de conservação, e fortalecer os artesãos locais, incentivando o empreendedorismo. Desde seu início, tem promovido diversos encontros, cursos e oficinas, que foram adaptados para o ambiente virtual ao longo do último ano, devido à pandemia. O canal Costa Butiá no YouTube disponibiliza videoaulas, ensinando a produzir o artesanato, instruindo sobre organização e gestão de coletivos de produção e comercialização, precificação, qualidade do produto, marketing e design de novas peças. A execução das atividades ambientais é realizada de forma criteriosa, respeitando as frequências de coletas, metodologias, objetivos, legislações e ações de melhorias, de forma a garantir que seja preservada a saúde, a segurança e a qualidade socioambiental na área de influência do Porto de Imbituba, cumprindo assim com sua missão de ser altamente responsável com o *habitat* onde está inserido o complexo portuário.

5. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2020 com um lucro líquido de R\$ 10.381.387,58 (dez milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), o que representa uma redução se comparado aos números registrados no ano imediatamente anterior. Tal redução se justifica principalmente em virtude da suspensão de valores a título de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento junto a Santos Brasil Participações S.A, titular do contrato de arrendamento do Terminal de Contêineres. A arrendatária logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 para suspender os valores que seriam devidos contratualmente no ano de 2020 em R\$ 30.812.462,19 (Trinta milhões, oitocentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos). Este fator fez com que a Receita Operacional Líquida da companhia no ano de 2020 reduzisse ao patamar de R\$ 46.622.923,67 (Quarenta e seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos). Destaca-se que, mesmo com a queda das receitas, a performance EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ficou em 24% da Receita Líquida da empresa, uma vez que os gastos da companhia permaneceram sem grandes oscilações comparativas ao ano anterior. Caso as receitas com o respectivo contrato TECON tivessem sido realizadas no ano de 2020, estima-se que a Receita Operacional Líquida saltaria para algo em torno de R\$ 73 milhões de Reais e o Lucro Líquido para cerca de R\$ 28 milhões de Reais. Em que pese a não realização destas quantias, a Administração da companhia está empenhando esforços para uma solução efetiva ao assunto o mais breve possível, demonstrando juridicamente a improcedência dos argumentos lançados pela arrendatária, bem como outras ações que preservem financeiramente a Administração Portuária.



Em que pese o cenário de instabilidade gerado pelos efeitos da Pandemia COVID-19 no decorrer do ano de 2020, as finanças da companhia não sofreram grandes impactos em razão disso, uma vez que suas receitas portuárias advêm principalmente da movimentação de cargas *commodities*, em especial de origem agrícola e mineral, os quais permaneceram em crescimento durante o último ano, comprovado pelo aumento na movimentação portuária em relação a 2019. Em contrapartida, a Autoridade Portuária teve gastos adicionais em decorrência das medidas de contenção a Pandemia, incluindo principalmente as indenizações previstas na MP 945 de 2020 e Portaria MINFRA 046/2020, o qual destinou cerca de R\$ 290 Mil Reais ao Órgão Gestor de Mão de Obra, bem como aproximadamente R\$ 888 Mil reais destinados a adoção de medidas de controle da disseminação do vírus, incluindo a contratação de enfermeiros para abordagens, orientação, controle e outras ações desta natureza, o qual possibilitou que o Porto mantivesse suas operações sem nenhuma interrupção no ano de 2020 em decorrência das medidas de restrições estabelecidos pelas Autoridades. Outra iniciativa iniciada em 2020 e aprovada ao fim do ano, foi a realização de um Termo de Colaboração com o Hospital São Camilo, localizado nesta cidade, que representou o repasse da importante quantia de R\$ 2 milhões de Reais a entidade, garantindo recursos destinados a aquisição de equipamentos e insumos hospitalares, sendo que a respectiva ação foi autorizada pelo Poder Concedente, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários. Ademais, a administração da companhia e toda sua equipe não mediram esforços para minimizar ao máximo os impactos decorrentes do COVID-19, os quais, apesar do cenário desafiador, adotaram inúmeras ações para mitigar seus efeitos, preservando assim o que há de mais importante em seu negócio, a atividade portuária. A tabela a seguir exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia ao longo do tempo, demonstrando sua evolução durante o período de 2016 a 2020.

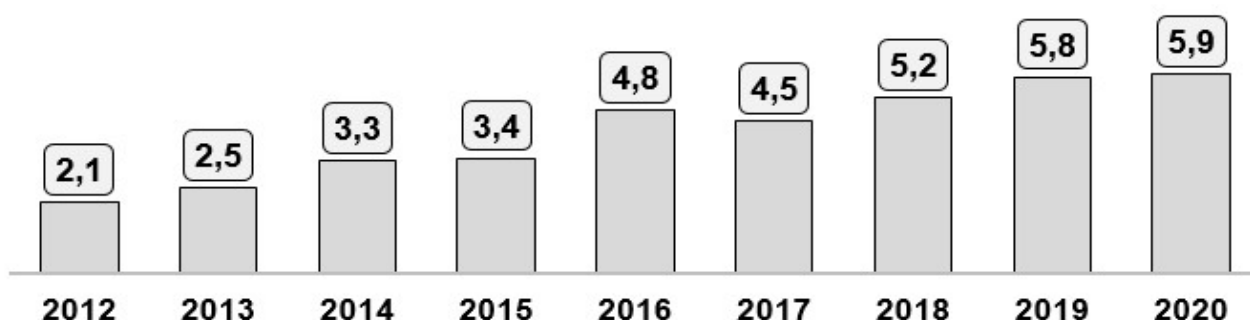
Gráfico 1 - Evolução de evolução do EBITDA entre os anos de 2016 a 2020 (em milhares de R\$)

	2016	2017	2018	2019	2020
Lucro do Período	20.593	10.654	26.261	36.992	10.381
IRPJ e CSLL	10.616	5.417	13.717	19.308	5.720
Resultado Financeiro	(3.887)	(3.434)	(3.495)	(5.027)	(6.315)
Outros Resultados	4	177	60	-	-
EBIT	27.326	12.815	36.543	51.273	9.786
Depreciação e Amortização	360	739	1.067	1.294	1.413
EBITDA	27.686	13.554	37.610	52.567	11.289
% Relação a Receita Líquida	62 %	30 %	56 %	61 %	24 %

6. Aspectos Operacionais

Em que pese o cenário de instabilidade econômica e comercial motivada pelo grande impacto da pandemia da COVID-19 que assolou o mundo no ano de 2020, o Porto Público de Imbituba conseguiu aumentar sua movimentação portuária em aproximadamente 2% em relação ao ano imediatamente anterior.

Gráfico 2 - Movimentação portuária entre os anos de 2012 a 2020 (em milhões de toneladas)



Destaque para o aumento da produtividade das operações portuárias e redução de taxas de ocupação dos berços no ano de 2020, mesmo com o aumento de sua movimentação. Desde a assunção da administração da Autoridade Portuária pelo Estado de Santa Catarina no ano de 2012, a movimentação portuária registra um crescimento expressivo de cerca de 180 %, conforme demonstrado no gráfico anterior. A tabela abaixo detalha a movimentação portuária composta pelos principais grupos de cargas:

Gráfico 3 - Evolução da movimentação portuária por grupo de cargas (em milhares de toneladas)

Carga (Ton)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação
Granéis Agrícolas	853	2.309	1.630	1.613	1.900	1.654	(15 %)
Granéis Minerais	1.630	1.602	1.806	1.983	2.107	2.621	20 %
Fertilizantes	169	235	233	230	589	582	(1 %)
Granéis Líquidos	110	135	104	123	51	10	(410 %)
Carga Geral	199	113	56	206	275	242	(14 %)
Contêiner	430	409	657	1.068	838	759	(10 %)
TOTAL Toneladas	3.391	4.803	4.486	5.223	5.761	5.868	2 %
Navios Atendidos	230	255	250	289	240	228	(5 %)
Média por Navio (Ton x Mil)	15	19	18	18	24	26	8 %
Contêineres (TEU) - Em Mil	30,6	27,2	49,2	84,8	58,9	41,2	(43 %)

8. Perspectivas

Ainda vivendo em um cenário de pandemia, o avanço da vacinação contra a covid-19 proporciona esperança de que dias melhores estão por vir. A reversão dessa crise sanitária, com o controle da transmissão, certamente impactará no fomento à economia. Esta é uma luta de todos e a comunidade portuária de Imbituba tem sido grande parceira na preservação da saúde, segurança sanitária e continuidade do serviço essencial realizado pelo Porto. O Porto de Imbituba mantém relações comerciais com mais de 30 países e um portfólio diversificado de cargas atendidas, demonstrando sua flexibilidade operacional e abrindo espaço para novas operações. Isso permite, ano a ano, o crescimento da confiança do mercado. Soma-se a esses fatores, a previsão de safra recorde de grãos no Brasil e a consolidação dos embarques de minério de ferro em Imbituba, aspectos que contribuem para a perspectiva de mais um ciclo de desempenho financeiro positivo, e de resultado operacional recorde no Porto, com movimentação prevista em torno de 6 milhões de toneladas. No âmbito macro, a administração continua acompanhando o andamento das obras da BR-285, que conecta os mercados produtores da Região Norte gaúcha ao Sul catarinense. A rodovia pavimenta um corredor logístico que tem o Porto de Imbituba como solução facilitadora de fluxos de cargas e beneficia o deslocamento turístico interestadual. Dentro da poligonal, a Autoridade Portuária dará continuidade aos investimentos e melhorias em infraestrutura pactuadas em seu planejamento estratégico, buscando ampliar a eficiência do Porto e a qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários. Dentre as ações previstas para 2021, estão a licitação da obra de recuperação e reforço do Cais 3, a conclusão das reformas nas portarias 1 e 2, além do avanço nas obras de iluminação das vias e nas tratativas para a nova portaria (gate 4). Também permanecem sendo realizados o amplo controle ambiental, as iniciativas Porto-cidade, assim como as medidas de prevenção à transmissibilidade do coronavírus. No início de 2021, o Governo do Estado de Santa Catarina anunciou o início dos estudos de viabilidade para desestatização dos Portos Catarinenses, alinhado as estratégias do Governo Federal e ampliação da participação da iniciativa privada na gestão das empresas públicas. Essas são ações relevantes e essenciais para a sustentabilidade do Porto, fruto de um trabalho comprometido com o desenvolvimento socioeconômico, integrado e harmonioso. A autoridade portuária tem a perspectiva de que o Porto movimente cerca de 6,2 milhões de toneladas no ano de 2021, superior aos números registrados no ano anterior. É nessa perspectiva responsável e comprometida com a sociedade e a comunidade portuária que a SCPAR Porto de Imbituba, sociedade de economia mista do Estado de Santa Catarina continuará trabalhando para viabilizar o bom desempenho do Porto de forma eficiente e sustentável.

Conselho de Administração

Ricardo Moritz (P)
Antônio C.B. Guimarães Filho
Elivelton Luiz Doré
José Roberto Martins
Leandro Schiefler Bento
Sérgio Luiz Cury Carazza
Vladimir Arthur Fey

Conselho Fiscal

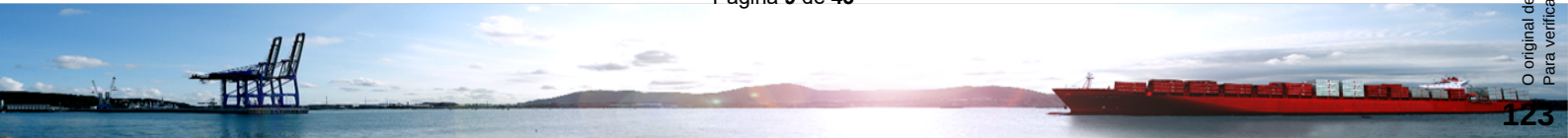
Pilar Sabino da Silva
André Luiz de Rezende
Santos Pacheco Alves

Diretoria Executiva

Fábio dos Santos Riera
Fabricio Santos Debortoli

Responsável Técnico

Elivelton Luiz Doré



Parecer do Conselho Fiscal

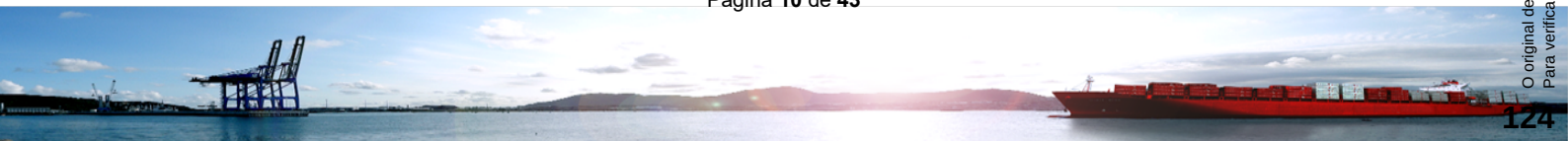
O Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no Art. 47 e 55 do Estatuto Social da companhia, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras dos exercício findos em 31 de Dezembro 2020, acompanhado de suas notas explicativas. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

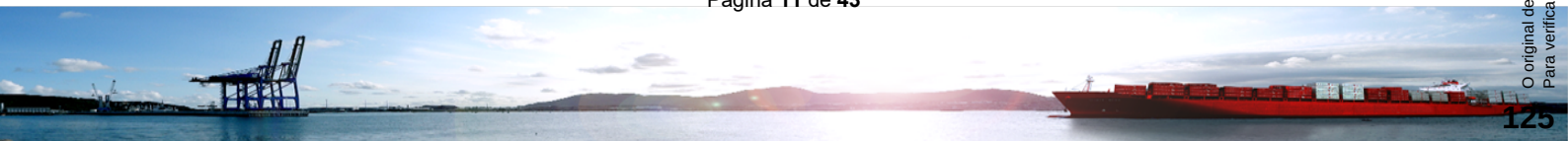
Imbituba, 30 de março de 2021

Pilar Sabino da Silva
Presidente do Conselho Fiscal

André Luiz Rezende
Conselheiro Fiscal

Santos Pacheco Alves
Conselheiro Fiscal





Relatório dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para as notas explicativas n. 5 e n. 31, que versam sobre as Contas a Receber da Entidade e Pedidos de reequilíbrio de contratos de arrendamentos. Conforme divulgação elaborada pela Companhia, a empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. Atualmente a companhia recebe anualmente cerca de R\$ 38 milhões de reais provenientes deste contrato, em caso de deferimento do pedido espera-se impacto significativo para Companhia. Igualmente a Arrendatária CRB Operações

Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade take or pay. O pedido foi julgado procedente em primeiro grau e atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

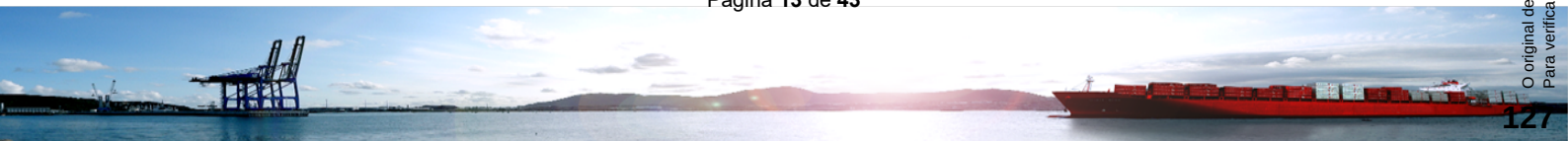
Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior - As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, com emissão de relatório datado de 10 de março de 2020, sem modificação de opinião.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela



determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

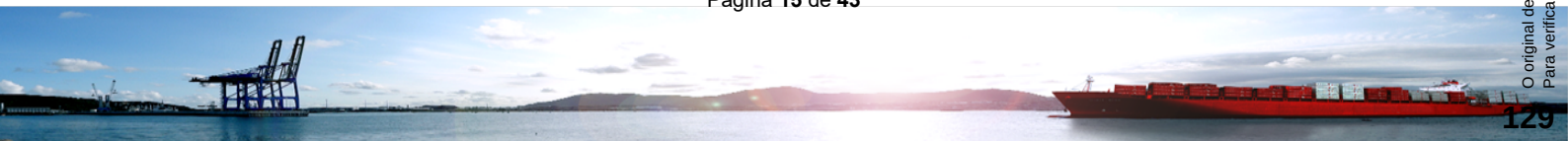
e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 25 de março de 2021.

VGA Auditores Independentes SS
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Auditor Independente CRCSC 9.914/O-3



Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	89.736	89.579
Contas a Receber	5	3.357	3.223
Tributos a Recuperar	6	1.335	1.712
Despesas Antecipadas		164	161
Estoques	7	812	731
Outros Créditos		183	110
Total dos Ativos Circulantes		95.587	95.516
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	8	27.300	17.541
Outros Créditos		125	125
Ativo Intangível	9	29.396	26.501
Total dos Ativos Não Circulantes		56.821	44.167
TOTAL DOS ATIVOS		152.408	139.683
PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	10	1.074	1.388
Obrigações Tributárias	11	1.513	9.047
Obrigações Trabalhistas	12	2.512	2.250
Dividendos Propostos	13	9.248	-
Outras Obrigações		156	391
Total do Passivo Circulante		14.503	13.076
Não Circulante			
Obrigações Tributárias Suspensas	14	26.465	17.181
Provisão para Contingências	15	881	-
Total do Passivo Não Circulante		27.346	17.181
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	50	50
Reserva Estatutária	17	2.595	9.248
Reserva Legal		10	10
Reserva de Lucros	18	107.904	100.118
Total do Patrimônio Líquido		110.559	109.426
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.408	139.683

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2020	Ano 2019
Receita Operacional Líquida	19	50.932	90.101
Receita Líquida de Serviços	19	46.623	85.387
Receita de Construção	19	4.309	4.714
Custo dos Serviços Prestados		(30.033)	(27.620)
Custo dos Serviços Portuários	20	(17.639)	(14.823)
Custo com Mão de Obra Direta	21	(6.672)	(6.789)
Amortizações e Depreciações	22	(1.413)	(1.294)
Custo de Construção	23	(4.309)	(4.714)
Lucro Bruto		20.899	62.481
Despesas		(11.113)	(11.208)
Despesas com Pessoal	24	(8.003)	(8.423)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(2.475)	(2.749)
Outras Despesas		(665)	(124)
Outras Receitas		30	88
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		9.786	51.273
Resultado Financeiro		6.315	5.027
Receitas Financeiras	26	6.337	5.099
Despesas Financeiras		(22)	(72)
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		16.101	56.300
Impostos Sobre o Lucro	27	(5.720)	(19.308)
Imposto de Renda		(4.200)	(14.189)
Contribuição Social		(1.520)	(5.119)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.381	36.992

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Em Milhares de Reais)

Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Totais
	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva de Lucros		

Saldo em 31.12.2018	50	6.565	10	72.374	-	78.999
----------------------------	-----------	--------------	-----------	---------------	----------	---------------

Mutações 2019

Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro do Período	-	-	-	36.992	-	36.992
Constituição Reservas	-	9.248	-	(9.248)	-	-
Dividendos Propostos	-	(6.565)	-	-	-	(6.565)
Ajustes Efetuados	-	-	-	-	-	-

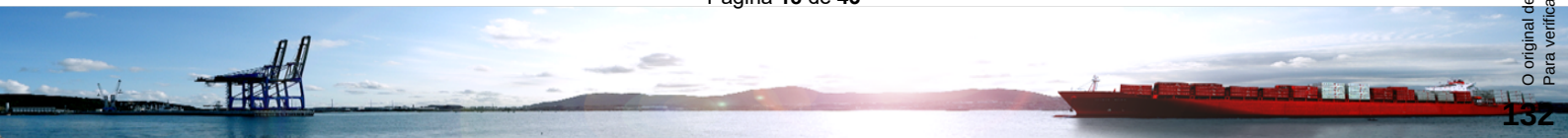
Saldo em 31.12.2019	50	9.248	10	100.118	-	109.426
----------------------------	-----------	--------------	-----------	----------------	----------	----------------

Mutações 2020

Alteração de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro do Período	-	-	-	10.381	-	10.381
Constituição Reservas	-	2.595	-	(2.595)	-	-
Dividendos Propostos	-	(9.248)	-	-	-	(9.248)
Ajuste Efetuados	-	-	-	-	-	-

Saldo em 31.12.2020	50	2.595	10	107.904	-	110.559
----------------------------	-----------	--------------	-----------	----------------	----------	----------------

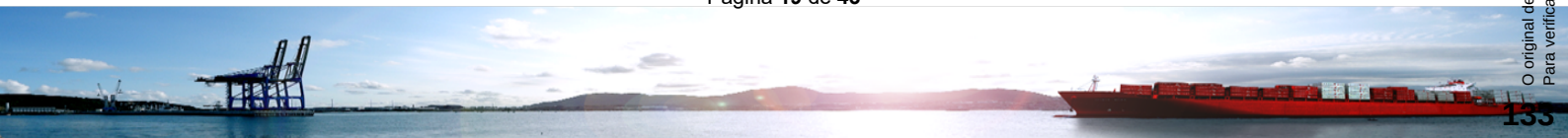
As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2020	Ano 2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	16.101	56.300
Depreciações e Amortizações	1.413	1.294
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(135)	(926)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(74)	(120)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	377	(307)
(Aumento)/Redução em Estoques	(81)	141
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	(9.758)	(11.728)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	(314)	585
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(7.534)	3.471
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	263	65
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(235)	148
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	10.163	11.496
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.720)	(19.308)
Fluxo de Caixa Gerado	4.466	41.111
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(4.309)	(4.714)
Fluxo de Caixa Gerado	(4.309)	(4.714)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos aos Acionistas	-	(6.565)
Fluxo de Caixa Gerado	-	(6.565)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	89.579	59.747
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	157	29.832
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	89.736	89.579

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2020	Ano 2019
Receita Gerada	58.679	104.291
Receita de Serviços Prestados	54.370	99.577
Receita de Construção	4.309	4.714
Insumos Adquiridos de Terceiros	(24.894)	(18.764)
Serviços de Terceiros	(11.661)	(11.885)
Energia Elétrica Consumida	(1.425)	(1.759)
Outros Insumos	(7.499)	(5.120)
Custo de Construção	(4.309)	(4.714)
Valor Adicionado Bruto	33.785	80.813
Depreciação e Amortização	(1.413)	(1.294)
Valor Adicionado Líquido	32.372	79.519
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	6.337	5.099
Valor Adicionado a Distribuir	38.709	84.618
Pessoal e Encargos	14.675	15.213
Remuneração Direta	11.359	11.651
Fundo de Garantia	663	664
Benefícios	2.653	2.898
Impostos, Taxas e Contribuições	13.631	32.341
Federais (Incluindo IOF)	10.912	27.362
Municipais	2.719	4.979
Remuneração de Capitais de Terceiros	22	72
Despesas Financeiras	22	72
Remuneração do Capital Próprio	10.381	36.992
Lucros Retidos para os Acionistas	2.595	9.248
Lucros Retidos em Reservas	7.786	27.744

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2021.

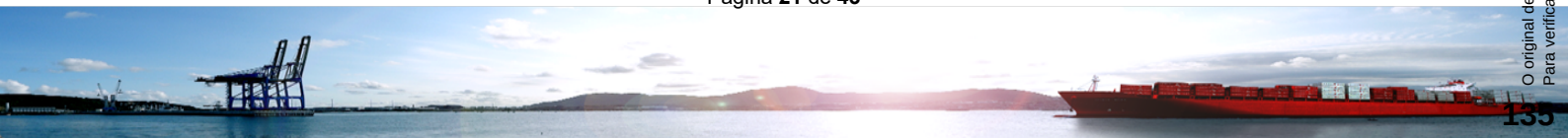
2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

2.5 Mudança de Estimativa e Reconhecimento

A companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Como resultado dessas mudanças, as Demonstrações Financeiras do exercício social estão sendo reapresentadas. Para fins de comparabilidade, nos termos do que prevê o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As mudanças de critérios adotadas a partir de 01 de janeiro de 2020 corresponde ao reconhecimento das receitas de construção e custo de construção conforme OCPC 05 e CPC 47, melhor destacado nas notas explicativas nº 3.4, 19, 23.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo suas principais receitas originadas dos seguintes serviços: **a)** Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do Porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba; **b)** Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **c)** Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **d)** Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem; **e)** Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado; **f)** Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres; **g)** Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”; **h)** Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais; **i)** Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Impostos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício através do Lucro Real, sendo de 15% acrescida de 10% sobre o lucro contábil ajustado (Lalur) excedente a R\$ 240.000,00 para o imposto de renda e a 9% para a contribuição social.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A empresa elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A empresa elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Bens Numerários disponível em Caixa	4	2
Depósitos Bancárias em Conta Corrente	229	223
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	89.503	89.354
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	89.736	89.579

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês,

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



observados ainda as particularidades previstas em contrato. A companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

	31/12/2020	31/12/2019
Depositado Judicialmente	-	141
Vencidos a menos de 30 dias	136	1.175
A vencer em até 30 dias	3.221	1.907
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	30.812	-
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(30.812)	-
Total	3.357	3.223

a) Em 29 de Abril de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1ª Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula take or pay junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. O valor suspenso perfaz a quantia de R\$ 30.812.463,19 (Trinta milhões, oitocentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezenove centavos). Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresenta-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Na nota explicativa 30.4 é apresentado com maior ênfase o detalhamento desta lide.

6. Tributos a Recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários oriundos de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de Lucro real em períodos anteriores, os quais são objeto de pedidos de restituição a Receita Federal do Brasil. Representa ainda, créditos de COFINS a serem compensados remanescentes de pedidos de restituição efetuados até a data de encerramento do exercício. Contém valores decorrentes de estimativa de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras com valor disponível para companhia. Os valores são apresentados pelo seu custo histórico, acrescidos de atualização pela Taxa Selic, quando aplicável.

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Recuperar	80	80
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	747	917
Imposto de Renda a Recuperar	329	486
Contribuição Social a Recuperar	112	130
Atualização Selic s/ Tributos Recuperar	67	99
Total	1.335	1.712

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/12/2020	31/12/2019
Material de Expediente	10	10
Material de Limpeza	25	25
Material de Copa e Cozinha	0	0
Material de Manutenção Civil	195	79
Material de Manutenção Elétrica	533	579
Material de Manutenção Tecnológica	49	38
Total	812	731

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela companhia refere-se a Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, no qual passou a depositar judicialmente a parcela de Imposto de Renda devido a partir da competência de Abril de 2018, sendo melhor detalhado na nota explicativa 29.2

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais Regulatórios	403	103
Depósitos Judiciais Trabalhistas	372	220
Depósitos Judiciais Tributários	23	0
Depósitos Recursais	37	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	26.465	17.182
Total	27.300	17.542

9. Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto a União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. As principais mutações e movimentações do Ativo Intangível da companhia estão descritas abaixo.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Movimentação do Ativo Intangível				
Intangível Bruto	Saldo 2019	Adições	Alienações	Saldo 2020
Infraestrutura Marítima	2.585	558	0	3.143
Infraestrutura de Acostagem	6.609	0	0	6.609
Infraestrutura Terrestre	9.872	375	0	10.247
Infraestrutura Armazenagem	2.573	0	0	2.573
Equipamentos Portuários	1.270	9	0	1.279
Administração	4.726	2.171	0	6.897
Obras em Andamento	2.422	1.194	0	3.616
Outros Ativos Intangíveis	88	0	0	88
Total	30.145	4.307	0	34.452

O demonstrativo líquido do ativo intangível, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é apresentado a seguir:

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(484)	2.659	4 %
Infraestrutura de Acostagem	6.609	(973)	5.636	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.247	(1.879)	8.368	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(520)	2.053	5 %
Equipamentos Portuários	1.279	(206)	1.073	5 %
Administração	6.897	(966)	5.931	4 %
Obras em Andamento	3.616	-	3.616	5 %
Outros Ativos Intangíveis	88	(29)	59	5 %
Total	34.452	5.057	29.396	5%

10. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da companhia em 31 de dezembro de 2020.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

11. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre Serviço	293	268
PIS e COFINS	362	332
Imposto de Renda e Contribuição Social	513	8.159
Tributos Retidos	345	288
Total	1.513	9.047

12. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

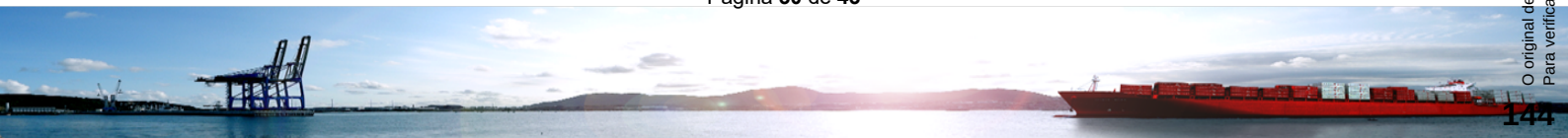
Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações com Pessoal	753	818
Obrigações Previdenciárias	490	361
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	1.269	1.071
Total	2.512	2.250

13. Dividendos Propostos

Em 31 de julho de 2020, a Assembleia Geral Ordinária deliberou pela distribuição dos dividendos ao acionista, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido do exercício social de 2019, na quantia de R\$ 9.248.024,86 (nove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos).

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Desta forma, os valores foram transferidos da conta de reserva especial de dividendos para constituição de obrigação a pagar ao acionista, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1), sendo que em 19 de janeiro de 2021 foi dada a quitação desta obrigação na forma de pagamento.

14. Obrigações Tributárias Suspensas

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. ajuizou ação tributária em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS, através da Ação 5002780-94.2016.4.04.7216. Houve a concessão em primeiro grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, sendo que a administração da companhia optou em depositar judicialmente o montante integral devido de imposto de renda, suspendo a exigibilidade da cobrança destas quantias. Desta forma, passou a ser reconhecido o montante devido a título de Imposto de Renda como exigibilidade suspensa no passivo não circulante a partir da competência de apuração de abril de 2018.

15. Provisão para Contingências

A companhia reconhece como de perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória. Foi constituído provisão de contingência trabalhista no montante de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos) relacionado ao pagamento de FGTS (Fundo de Garantia) a 8 (oito) ex-empregados cujos cargos que ocuparam eram de provimento em comissão, os quais requerem seu pagamento, de forma judicial através dos processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043. Atualmente a companhia efetua o depósito do FGTS a todos os empregados comissionados. Foi também constituído como de perda provável a quantia de 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativa a processos trabalhistas relacionados a responsabilidade subsidiária das obrigações trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados pela SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos processos trabalhistas 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043. Consta também provisão de contingência de natureza regulatória no montante de R\$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) relativos a dois processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



16. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral.

17. Reserva Estatutária para Destinação

Os valores são registrados de acordo com o que prevê o Art. 194 da Lei Federal 6.404 de 1973. O estatuto social da empresa, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (Vinte e cinco por cento) de cada lucro líquido apurado nos exercícios sociais. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do poder delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos em conta especial de reservas. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente do que prevê o Convênio de Delegação nº 01/2012, conforme demonstra-se no quadro abaixo:

	2020	2019
Saldo em Reservas no início do exercício	9.248	6.565
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício	2.595	9.248
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	(9.248)	(6.565)
Saldo no Final do Exercício	2.595	9.248

18. Reserva de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos da Lei Federal 6.404 de 1976.

19. Receita Líquida dos Serviços Prestados

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, alterado pela redação do Decreto Lei 1.598 de 1977, a Receita Líquida da companhia no ano de 2020 foi de R\$ 50.931 (Cinquenta milhões, novecentos e trinta e um mil reais), conforme valores segregados a seguir:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	2020	2019
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	89.126	99.577
Receita Bruta de Construção [b]	4.309	4.714
(-) Cancelamentos por Determinação Judicial [c]	(30.812)	-
(-) Desconto e Premiações [d]	(3.944)	-
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [e]	(7.747)	(14.190)
Receita Líquida	50.932	90.101

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	2020	2019
Serviços de Armazenagem	1.076	912
Infraestrutura Marítima I	10.019	8.799
Infraestrutura Marítima II	8.892	7.177
Infraestrutura Terrestre	11.583	11.646
Arrendamento Fixo	7.120	6.680
Arrendamento Variável	17.506	15.726
Arrendamento Contratual Mínimo	30.812	46.127
Taxas Convencionais	1.399	1.562
Serviços de Fornecimento	719	948
Total	89.126	99.577

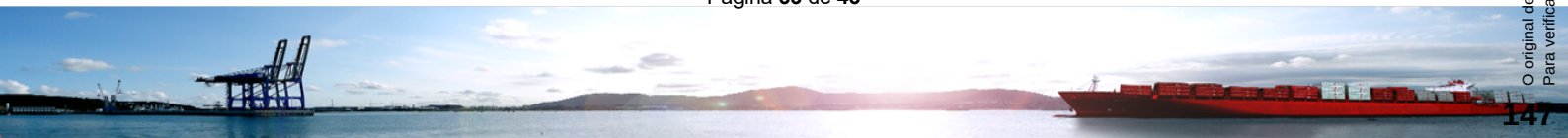
[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] A dedução a título de cancelamentos leva em consideração a decisão judicial referente a suspensão em medida liminar ajuizada pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A. nos autos do processo 1032707-38.2020.4.01.0000, conforme melhor se detalha na nota explicativa 30.4.

[d] os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente nas tabelas de Inframar I e Inframar II.

[e] representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 3,00 %.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



20. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da companhia, estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Consumo de Energia Elétrica	1.425	1.759
Custos com Serviços Ambientais	676	446
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	3.383	1.593
Custos com Serviços de Limpeza da Área Portuária	972	940
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	1.082	1.293
Custos com Serviços de Segurança Portuária	2.711	3.807
Custos com Serviços de Terceiros	2.837	2.150
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	2.622	728
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	1.604	850
Custos com Manutenção em Geral	1.459	2.076
Outros Custos	527	617
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.659)	(1.436)
Total	17.639	14.823

21. Custo com Mão de Obra Direta

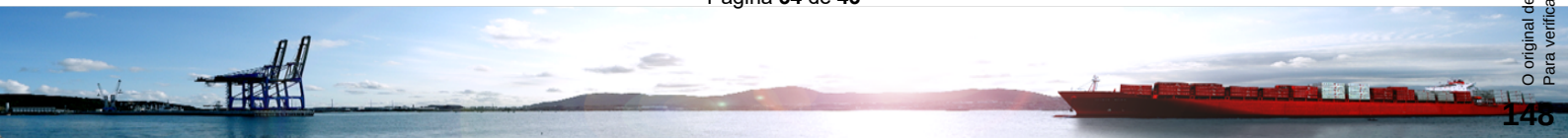
A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	2020	2019
Salários e Ordenados	3.328	3.380
Encargos Sociais	1.392	1.394
Provisões de 13º Salário e Férias	665	667
Benefícios	1.287	1.348
Total	6.672	6.789

22. Amortizações e Depreciações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da companhia, considerando a parcela apropriada no exercício corrente:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	2020	2019
Amortização Infraestrutura Marítima	149	104
Amortização Infraestrutura Acostagem	332	319
Amortização Infraestrutura Terrestre	487	468
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	57	41
Amortização Equipamentos Portuários	63	62
Amortização de Outros Ativos	325	299
Total	1.413	1.294

23. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

24. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da empresa, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	2020	2019
Salários e Ordenados	3.466	3.351
Remuneração da Administração	1.052	1.364
Encargos Sociais	1.471	1.506
Provisões de 13º Salário e Férias	648	652
Benefícios	1.366	1.550
Total	8.003	8.423

25. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Serviços de Terceiros	1.475	1.656
Consumo de Materiais	421	396
Publicações e Propagandas	90	550
Outras Despesas	489	147
Total	2.475	2.749

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

26. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	2020	2019
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.276	4.491
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(309)	(249)
Juros e Multas recebidas	4.355	812
Outras Receitas Financeiras	15	44
Total	6.337	5.099

O significativo aumento das receitas com cobrança de juros e multas decorre do recebimento da importância de R\$ 4.321.224,20 (Quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e quatro reais) relativas a Ação Judicial de Cobrança nº 0300907-36.2018.8.24.0030 pelo atraso no pagamento de parcelas contratuais do TECON pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A.

27. Impostos Sobre o Lucro

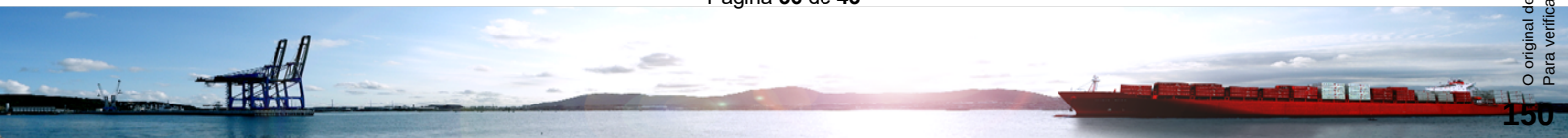
O Imposto de renda e a contribuição social é apurado pela sistemática do lucro real, sendo a sua base de cálculo apurada, deduzindo as adições e exclusões no Livro de apuração do lucro real, bem como o valor devido de imposto de renda, já deduzido das doações e destinações legalmente possíveis.

28. Gestão de Riscos Financeiros

28.1 Considerações Gerais e Políticas

A companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



28.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

28.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

29. Ativos Contingentes

29.1 Ação de Consignação em Pagamento

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos a cláusula take or pay do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em discussão correspondem em cerca de R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais). Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAR Porto de Imbituba S.A. da integralidade destes valores consignados. O processo fora remetido para a Justiça Comum Estadual, em virtude da declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do Polo Passivo por inexistência de seu interesse no feito. Atualmente o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitando na 3ª Vara Cível da Capital Florianópolis. O juízo de 1º grau sentenciou em benefício da Companhia Docas de Imbituba, sendo que foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de esclarecer diversos pontos e inconsistências não analisados quando da prolação do juízo de mérito. Estes foram conhecidos e parcialmente providos, mantendo-se a sentença em quase a sua plenitude. Após, foi interposto Recurso de Apelação, além da Estatal, pela Companhia Docas de Imbituba e pela CRB Operações Portuárias S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio, serem destinadas à SCPAR Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Por outro lado, houve o pedido de atribuição de sucumbência à SC Participações e Parcerias S.A., proporcional à 2/3 do valor total do processo. Assim, é necessário atribuir o conceito possível ao processo. Devemos destacar, no entanto, que quem é parte, em alguns dos processos, é a SC Participações e Parcerias S.A., porém o direito pretendido são valores decorrentes do Convênio de Delegação da SCPAR Porto de Imbituba S.A., não sendo possível concluir neste momento a qual pessoa jurídica seria atribuída a responsabilidade por este valor.

29.2 Imunidade Tributária

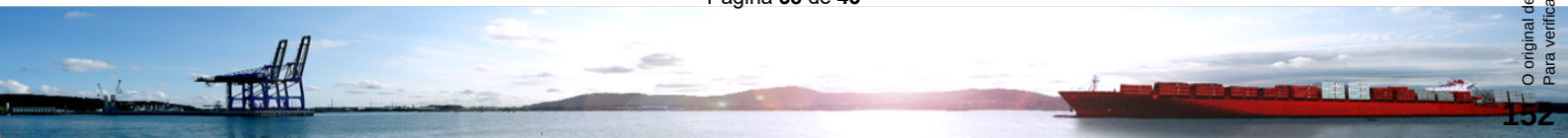
Foi protocolado, através da ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ação declaratória em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS. Conforme Sentença, houve a concessão em primeiro grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, da decisão pende de análise do Recurso de Apelação da União pelo TRF4. Já a SCPAR Porto de Imbituba S.A. concentrará esforços na busca da imunidade dos demais tributos federais, levando em consideração que a jurisprudência recente dos tribunais superiores é favorável a tesa da empresa. A partir do período de apuração de Abril de 2018, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. optou em depositar judicialmente o montante integral dos valores devidos a título de Imposto de Renda, com base em decisão judicial proferida na própria ação de Imunidade, assim como no Art. 151, I do Código Tributário Nacional, sendo registrados em seu Ativo Não Circulante, conforme nota explicativa n. 10. Em caso de trânsito em julgado em favor da empresa, esta poderá reaver os valores depositados judicialmente e solicitar repetição do indébito dos períodos anteriores em que recolheu os impostos supostamente indevidos.

30. Passivos Contingentes

30.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 6 (seis) processos de natureza regulatória, sendo que a companhia julga de perda provável os processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71, representando uma possível perda de R\$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) a companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



aproximadamente R\$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expoente no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) referente ao processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

30.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 17 processos de natureza trabalhista, assim considerados de perda possível ou provável, sendo estes divididos nos principais grupos:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as ações 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043;

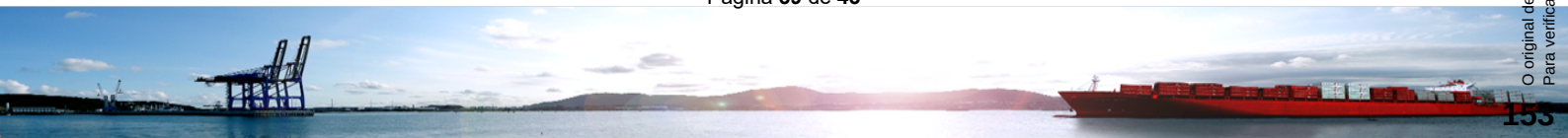
b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043.

c) Jornada especial aos advogados: Foi considerado de perda possível a ação trabalhista n. 0000615-07.2017.5.12.0043 em cerca de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) no qual é requerido por empregados a redução da jornada de trabalho conforme Art. 20 da Lei 8.906/1994 e consequente pagamento das horas extraordinárias que excederam ao limite legal.

d) Equiparação salarial aos advogados: Foi considerado de perda possível a ação trabalhista n. 0000488-69.2017.5.12.0043, cujo pedido é a equiparação salarial com um paradigma da Acionista Única SC Participações e Parcerias S.A., com fundamento no art. 461 da CLT e Súmula nº 6 do TST, tendo sido julgado favoravelmente à Estatal em primeiro e segundo graus, havendo ainda instâncias recursais a serem percorridas, atualmente encontra-se para julgamento no TST. O montante estimado é de cerca de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais).

e) Reajuste salarial a empregados: A ação trabalhista n. 0000885-31.2017.5.12.0043, cujo pedido é a aplicação isonômica de reajuste salarial concedido no exercício 2014-2015 aos empregados da empresa, tendo sido julgado favoravelmente à estatal em primeiro e segundo graus. Aguarda-se

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



julgamento no TST. O prognóstico é de perda possível e seu impacto é de cerca de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais).

f) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, devemos considerar, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão atacadas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

31. Pedidos de Reequilíbrio de Contratos de Arrendamentos

31.1 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade take or pay nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.



31.2 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, sob nº 00045.002955/2016-51 no ano de 2016, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. Atualmente a companhia recebe anualmente cerca de R\$ 38 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo o potencial de investimentos desta estatal. Atualmente entendemos que o conceito acerca de prejuízos decorrentes de uma decisão administrativa desfavorável a esta estatal é remoto, em razão da vasta fundamentação e elementos de prova a sustentar o pedido, além de existir parecer jurídico opinando pela improcedência dos pedidos formulados pela arrendatária. Entretanto, no início de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R\$ 30 (trinta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MMC em contrato com cláusula “*take or pay*”. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON, arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora AIG Seguros do Brasil S.A. cuja vigência compreende o período de 26 de novembro de 2020 a 26 de novembro de 2021, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Atualmente a companhia possui seguro patrimonial de toda a frota veicular existente, sendo que em relação aos demais bens existentes sobre a administração da autoridade portuária, até o presente momento não há seguro

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



contratado, sendo que a contratação do mesmo é de responsabilidade da Autoridade Portuária, conforme definido na cláusula quinta do Convênio de Delegação nº 01/2012.

36. Eventos Subsequentes

A companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 28 de fevereiro de 2021.

Fábio dos Santos Riera
Diretor Presidente
CPF: 981.180.997-68

Fabricio Santos Debortoli
Diretor
CPF: 027.664.219-80

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

